



Instituto Razão Social

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

Instituto Razão Social

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de déficits	6
Demonstrações das mutações do patrimônio social	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Métodos indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 28



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel	55 (11) 2183-3000
Fax Nacional	55 (11) 2183-3001
Internacional	55 (11) 2183-3034
Internet	www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores do
Instituto Razão Social
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Razão Social (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de deficits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Razão Social em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 20 de junho de 2011, que conteve a seguinte ressalva: (i) A Entidade, por não ter fins lucrativos, obtém parte de suas receitas na forma de doações de terceiros, as quais somente podem ser identificadas quando registradas contabilmente. Por essa razão, nossos exames nessa área ficaram restritos, exclusivamente, aos valores contabilizados.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2011, examinamos também as reclassificações apresentadas na Nota Explicativa 2 (e) que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2010. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras do Instituto referente ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2010 tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Instituto Razão Social

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

Ativo	Nota	2011	2010 (reclassificado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	301.864	242.535
Adiantamentos a funcionários e outros		<u>45</u>	<u>15.972</u>
		<u>301.909</u>	<u>258.507</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais		10.000	4.643
Imobilizado	5	12.694	13.627
Intangível	6	<u>5.710</u>	<u>27.437</u>
		28.404	45.707
		<u> </u>	<u> </u>
Total do ativo		<u><u>330.313</u></u>	<u><u>304.214</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio social	Nota	2011	2010 (reclassificado)
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar		6.926	5.762
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	7	42.315	36.293
Impostos e contribuições a recolher		9.610	9.576
Projetos vinculados - recursos de terceiros	8	83.987	-
Serviços de terceiros a pagar	9	<u>30.576</u>	<u>52.052</u>
		<u>173.414</u>	<u>103.683</u>
Patrimônio social			
Patrimônio social	11	82.410	82.410
Superávit acumulado		<u>74.489</u>	<u>118.121</u>
		<u>156.899</u>	<u>200.531</u>
Total do passivo e patrimônio social		<u><u>330.313</u></u>	<u><u>304.214</u></u>

Instituto Razão Social

Demonstrações de déficits

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

	Nota	2011	2010 (reclassificado)
Receitas das atividades			
Doações institucionais - mantenedores	12	690.000	600.000
Doações de projetos vinculados - recursos de terceiros	12	<u>1.732.877</u>	<u>791.925</u>
		<u>2.422.877</u>	<u>1.391.925</u>
Custos e despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(544.174)	(433.503)
Serviços de terceiros		(488.418)	(563.622)
Administrativas e gerais		(132.961)	(122.818)
Custos com projetos		(1.322.281)	(439.856)
Despesas tributárias		<u>(7.887)</u>	<u>(4.967)</u>
	14	<u>(2.495.721)</u>	<u>(1.564.766)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	29.916	24.127
Despesas financeiras	15	<u>(704)</u>	<u>(196)</u>
		<u>29.212</u>	<u>23.931</u>
Déficit do exercício		<u><u>(43.632)</u></u>	<u><u>(148.910)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Razão Social

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	82.410	267.031	349.441
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(148.910)</u>	<u>(148.910)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	82.410	118.121	200.531
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(43.632)</u>	<u>(43.632)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u><u>82.410</u></u>	<u><u>74.489</u></u>	<u><u>156.899</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Razão Social

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

	2011	2010 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(43.632)	(148.910)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	29.270	28.128
	<u>(14.362)</u>	<u>(120.782)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em:		
Adiantamentos a funcionários e outros	15.927	(8.751)
Depósitos judiciais	(5.357)	(4.643)
Aumento/(redução) nos passivos em:		
Fornecedores	1.164	1.157
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	6.022	3.978
Impostos e contribuições a recolher	34	(1.151)
Projetos vinculados - recursos de terceiros	83.987	-
Serviços de terceiros a pagar	(21.476)	26.026
	<u>65.939</u>	<u>(104.166)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(1.833)	(1.000)
Aquisição de ativo imobilizado	(4.777)	(4.232)
	<u>(6.610)</u>	<u>(5.232)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>59.329</u>	<u>(109.398)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	242.535	351.933
No fim do exercício	<u>301.864</u>	<u>242.535</u>
	<u>59.329</u>	<u>(109.398)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Razão Social (“Instituto”) foi constituído em 1º de outubro de 2001 sob a forma de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.833, na cidade de São Paulo, e tem por missão a melhoria da qualidade do ensino público no Brasil, que se traduz no objetivo geral de desenvolver e viabilizar assistência técnica no planejamento, mobilização de recursos e implantação de projetos educacionais, em especial aqueles relacionados ao desenvolvimento, à capacitação e à formação de professores do ensino básico público no Brasil.

As atividades operacionais do Instituto tiveram início em maio de 2002. Em 26 de agosto de 2004, o Instituto obteve o certificado de “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (OSCIP). Entretanto, o Instituto ainda não possui os Certificados de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal.

São associadas ao Instituto as pessoas jurídicas que compartilham os objetivos e os princípios deste. Os mantenedores são as empresas Promon Engenharia Ltda. (“Promon”) e Gerdau Aços Longos S.A. (“Gerdau”).

Conhecimento é fator fundamental para o desenvolvimento humano, e investir em mecanismos que permitam compartilhá-lo e disseminá-lo é alimentar uma espiral positiva de progresso. Essa crença inspirou a criação e segue na essência das atividades do Instituto Razão Social, uma entidade voltada à Educação que, desde 2002, atua segundo um modelo original: em vez de criar projetos e programas próprios, ela tece redes de parceiros e agrega soluções de tecnologia para transformar iniciativas de terceiros em ações replicáveis a baixo custo, conferindo a elas a indispensável abrangência, tendo em vista a dimensão territorial e a diversidade do Brasil.

O desenvolvimento do corpo docente e de gestores das escolas públicas é o foco das atividades da entidade, que tem a Promon e a Gerdau como sócios mantenedores e a parceria tecnológica da IBM, que doa licenças de uso de software de educação a distância. O objetivo é impulsionar projetos que promovam a qualidade do ensino, agregando competências que impactem positivamente o desempenho do aluno e favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Seus mantenedores definem as estratégias e grandes linhas de atuação do Instituto Razão Social, enquanto cabe à equipe técnica identificar projetos e programas consistentes na área de educação básica que possam trazer resultados mensuráveis, capazes de sistematizar práticas e influenciar políticas públicas; definir e estabelecer parcerias para alavancá-los; e implantar as ações visando à replicabilidade e à abrangência das iniciativas.

O Instituto desenvolve suas atividades em torno de quatro eixos: programas de formação continuada; cursos e redes on-line; gestão de portais e ações de articulação.

	2009 (não auditado)	2010 (não auditado)	2011 (não auditado)
Abrangência dos projetos do Instituto Razão Social			
Número de municípios atendidos	82	89	145
Número de educadores beneficiados direta e indiretamente	8.114	11.990	11.963
Número de alunos beneficiados diretamente	160.000	146.822	173.135

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)..

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Instituto em 31 de maio de 2012.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

b. Demonstração do resultado abrangente

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado e a mensuração de instrumentos financeiros não derivativos.

e. Reclassificações

As rubricas abaixo, do balanço patrimonial e das demonstrações de déficits, do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram reclassificadas para ficar em conformidade com a apresentação do ano corrente. Como consequência, houve alterações nas mesmas rubricas na demonstração dos fluxos de caixa.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Balanço patrimonial

	<u>Reclassificado</u>	<u>Divulgado</u>
Ativo		
Adiantamentos a funcionários e outros	15.972	20.615
Depósitos judiciais	4.643	-
Passivo		
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	36.293	41.736
Impostos e contribuições a recolher	9.576	4.133

Demonstrações de déficits

	<u>Reclassificado</u>	<u>Divulgado</u>
Receitas das atividades		
Custo dos projetos de parcerias	-	(267.034)
Custo e despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(433.503)	-
Serviços de terceiros	(563.622)	-
Administrativas e gerais	(122.818)	(1.297.732)
Custos com projetos	(439.856)	-
Despesas tributárias	(4.967)	-

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- ii. *Passivos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. O Instituto utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os passivos financeiros não derivativos não reconhecidos como outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar e serviços de terceiros a pagar.

- b. *Apuração do déficit e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas***

As doações e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita quando recebidas.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo

Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada para o período corrente e comparativo, como segue:

Móveis e utensílios	3 a 8 anos
Equipamentos de informática	3 a 5 anos

A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A Administração do Instituto definiu que os itens que compõem o seu imobilizado não possuem valores residuais, já que não há a previsão de realização futura dos mesmos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Despesas gerais e administrativas” na demonstração de déficits.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

d. Ativos intangíveis

Licenças de softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

e. Redução ao valor recuperável

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possas estimada de uma maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros não derivativos:

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

O Instituto apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os seus objetivos, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 15.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

i. Aspectos fiscais

O Instituto, baseado no artigo 150, VI, da Constituição Federal, possui imunidade tributária de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS e ISS. Além do disposto na constituição, para o PIS e a COFINS a entidade está amparada ainda pela IN 247/02. Para fazer jus a essa isenção, deverá reunir as seguintes condições, cumulativamente, estabelecidas no art. 15 da Lei nº 9.532/97:

- a. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- e. Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Essa isenção não abrange as hipóteses de retenção de imposto de renda na fonte, nas quais as entidades isentas deverão efetuar a retenção e recolher o imposto, nem as hipóteses de tributação exclusivamente na fonte, como os rendimentos ou ganhos de capital sobre aplicações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	1.400	-
Bancos	65.087	134.022
Aplicações financeiras(*)	235.377	108.513
	<u>301.864</u>	<u>242.535</u>

As aplicações financeiras são compostas de aplicações em renda fixa (fundos) e aplicações vinculadas ao Certificado de Depósito Bancário (CDB) que possuem liquidez imediata e remuneração de 100,5% do CDI, com previsão de utilização no curto prazo.

(*) Do montante aplicado financeiramente, R\$ 83.987 referem-se a recursos que poderão ser utilizados exclusivamente nos projetos vinculados – recursos de terceiros, conforme mencionado na Nota Explicativa nº8.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

5 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2011	121.713	1.846	123.559
Adições	<u>4.777</u>	<u>-</u>	<u>4.777</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u><u>126.490</u></u>	<u><u>1.846</u></u>	<u><u>128.336</u></u>
 Depreciação acumulada			
Em 1º de janeiro de 2011	(109.640)	(292)	(109.932)
Depreciação anual	<u>(5.525)</u>	<u>(185)</u>	<u>(5.710)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u><u>(115.165)</u></u>	<u><u>(477)</u></u>	<u><u>(115.642)</u></u>
 Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2011	<u>12.073</u>	<u>1.554</u>	<u>13.627</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u><u>11.325</u></u>	<u><u>1.369</u></u>	<u><u>12.694</u></u>

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

6 Intangível

	Softwares
Custo	
1º de janeiro de 2011	105.307
Adições	<u>1.833</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>107.140</u>
Amortização acumulada	
1º de janeiro de 2011	(77.870)
Amortização anual	<u>(23.560)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>(101.430)</u>
Valor contábil	
Em 1º de janeiro de 2011	<u>27.437</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>5.710</u>

7 Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	2011	2010 (reclassificado)
Provisão de férias	33.492	27.461
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.049	2.750
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	6.774	5.722
Outros	<u>-</u>	<u>360</u>
	<u>42.315</u>	<u>36.293</u>

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

8 Projetos vinculados – recursos de terceiros

Em 06 de outubro de 2011, foi recebida uma doação da IBM Foundation no valor de R\$ 126.350, dos quais R\$ 42.363 foram utilizados no ano de 2011 para o pagamento do fornecedor de “Criação do Conteúdo” para custear o “Evento de teste do conteúdo” com o público alvo. O restante, no montante de R\$ 83.987 será utilizado no ano de 2012 para pagamento da última parcela do fornecedor de “Criação do Conteúdo” e para o desenvolvimento do curso no formato E-learning. O valor ainda não aplicado, está registrado no passivo, na rubrica de Projetos vinculados, em função de cláusula contratual com a IBM, onde em caso de não utilização ou sobra do valor inicial doado, o mesmo deverá ser devolvido.

9 Serviços de terceiros a pagar

Referem-se principalmente às obrigações em relação à Loquax Assessoria e Consultoria Ltda. pela prestação de serviços de consultoria para assuntos relacionados à análise e à seleção de projetos de capacitação de educadores e acompanhamento da implantação dos projetos selecionados.

10 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2011 o Instituto possuía um processo trabalhista em andamento no valor de R\$ 12.231, com avaliação de probabilidade de perda como “possível” pelos seus assessores jurídicos externos, onde nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

11 Patrimônio social

Constituem o patrimônio social do Instituto:

- a.** as contribuições voluntárias dos associados;

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

- b. os donativos, legados, subsídios e quaisquer recursos que lhe forem concedidos por pessoas naturais ou jurídicas, associadas ou não;
- c. os bens móveis e imóveis, títulos, valores e direitos pertencentes.

12 Receitas das atividades

Durante o exercício, o Instituto recebeu de suas sociedades mantenedoras as doações a seguir demonstradas:

	2011	2010
Gerdau Aços Longos S.A. ("Gerdau")	345.000	300.000
Promon Engenharia Ltda. ("Promon")	345.000	300.000
	<u>690.000</u>	<u>600.000</u>

Adicionalmente, outras entidades contribuíram com doações para fins de reembolso de despesas do Instituto com projetos, dentro dos quais cabe destacar: Fundo do Milênio, Progestão Online, Além das Letras, Além dos Números, Formar em Rede, Curso Nome Próprio e Leitura pelo Professor. As doações recebidas em 2011 totalizaram R\$ 1.732.877 (R\$ 791.725 em 2010) recebidas de:

	2011	2010
Gerdau Aços Longos S.A. (Gerdau)	511.000	418.603
Banco Santander S.A.	1.080.731	80.941
Promon Engenharia Ltda. (Promon)	49.120	62.181
IBM Foundation	42.363	80.000
Instituto Camargo Corrêa (ICC)	-	150.000
Promon Logicalis Tecnologia e Participações Ltda.	20.000	-
Instituto Natura	29.663	-
	<u>1.732.877</u>	<u>791.725</u>

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Principais projetos e parcerias

Progestão Online: O curso Progestão é uma iniciativa do Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação para formação em gestão administrativa e pedagógica de gestores de escolas públicas. É um curso a distância que utiliza matérias impressos e tem como objetivo formar lideranças escolares comprometidas com a construção de um projeto de gestão democrática da escola pública, focada no sucesso dos alunos. Visando ampliar as oportunidades de acesso, aprendizado e interação do curso, o Instituto Razão Social uniu-se ao CONSED para desenvolver o Progestão Online. Com o apoio de Promon, Gerdau, IBM, Santander e Oi Futuro, entre 2010 e 2011, o Progestão On-line chegou a duzentas e quarenta escolas de sete Estados e do Distrito Federal, beneficiando mais de três mil e seiscentos professores e quarenta e oito mil alunos.

Programa Formar em Rede: Realizado em parceria estabelecida entre o Santander, o MEC, o Instituto Avisa Lá, com apoio tecnológico da IBM. O projeto Programa Formar em Rede visa contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Infantil oferecida por municípios inseridos no ProInfância, no Estado da Bahia. A edição 2011 do programa beneficiou 57 educadores de 19 municípios da Bahia.

Programa Além das Letras: O programa foi pré-qualificado pelo Guia de Tecnologia do MEC em 2009. Em 2011 o Programa foi implementado em 10 municípios, com parceria do Banco Santander (Instituto Escola Brasil), tem o objetivo de contribuir para a qualificação das práticas de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental e alia as vantagens da Educação a Distância a uma equipe especializada em formação de professores alfabetizadores e o fortalecimento das competências técnicas dos formadores das Secretarias de Educação.

Programa Além dos Números: cujo propósito é incentivar mudanças positivas nos indicadores de rendimento escolar em Matemática e apoiar o sucesso escolar dos alunos do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Em 2011 o Além dos Números foi implementado em 10 municípios brasileiros, também com parceria do Instituto Escola Brasil (Banco Santander).

Curso online “Nome Próprio”: constitui-se em um espaço de aprendizagem exclusivo para professores das redes públicas de ensino. O curso possibilita a discussão sobre o papel pedagógico da escrita do nome na alfabetização inicial e o uso didático e uso social da escrita do nome. Em 2011 foram beneficiados 150 professores do Projeto Escola Brasil do Santander.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Curso online “Leitura pelo professor”: Realizado em parceria com o Projeto Escola Brasil do Banco Santander. O público alvo são os professores alfabetizadores de 1º e 2º ano do ensino fundamental e alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas onde atuam os professores alfabetizadores participantes do curso. O objetivo do curso é avançar na concepção que os professores têm das crianças como leitoras e produtoras de cultura, assim como aprimorar o planejamento e o desenvolvimento da leitura pelo professor.

Programa Fundo do Milênio: patrocinado pelo Grupo Gerdau, oferece formação permanente em serviço e em rede para profissionais de instituições de Educação Infantil, na busca da qualificação da educação e dos cuidados das crianças nos seus primeiros anos de vida. Em 2011 foram beneficiadas 16 coordenadoras pedagógicas em 8 municípios brasileiros.

13 Custos e despesas operacionais por natureza

	2011	2010
Despesas com salários e benefícios a empregados	544.174	433.503
Serviços de terceiros	488.418	563.622
Despesas com eventos	3.546	27.688
Custos com projetos	1.189.239	267.034
Tecnologia da informação	129.496	145.134
Despesas com aluguéis	66.400	57.600
Depreciação e amortização	29.270	28.128
Despesas com impostos	7.887	4.967
Outras	37.291	37.090
Total de custos e despesas operacionais	2.495.721	1.564.766

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

14 Receitas e despesas financeiras

	2011	2010
Receita de juros sobre aplicações financeiras	29.916	21.722
Descontos obtidos	-	2.405
Receitas financeiras	29.916	24.127
Despesa de juros sobre obrigações financeiras	(144)	(196)
Outras despesas	(560)	-
Despesas financeiras	(704)	(196)

15 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores correspondem aos seus respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os ativos e passivos financeiros do Instituto estão classificados nas seguintes categorias:

Ativo	Empréstimos e recebíveis	Dísonível para venda	2011
Caixa	1.400	-	1.400
Equivalentes de caixa	65.087	-	65.087
Aplicações financeiras	-	235.377	235.377
Outros créditos	45	-	45
Total	66.532	235.377	301.909

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Ativo	Empréstimos e recebíveis	Dísonível para venda	2010
Equivalentes de caixa	134.022	-	134.022
Aplicações financeiras	-	108.513	108.513
Outros créditos	15.972	-	15.972
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	149.994	108.513	258.507

Passivo	Mensurados ao custo amortizado	2011
Fornecedores	2.358	2.358
Outras contas a pagar	4.568	4.568
Serviços de terceiros a pagar	30.576	30.576
	<hr/>	<hr/>
Total	37.502	37.502

Passivo	Mensurados ao custo amortizado	2010
Fornecedores	5.762	5.762
Serviços de terceiros a pagar	52.052	52.052
	<hr/>	<hr/>
Total	5.762	5.762

Durante 2011 e 2010 o Instituto não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2011, o Instituto está sujeito aos fatores de:

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro não-derivativo, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do saldo de caixa e equivalentes de caixa de instrumentos financeiros não-derivativos conforme apresentado abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa

O Instituto detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 301.864 (R\$ 242.535 em 2010), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. Os valores de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com contraparte bancos de primeira linha e títulos com liquidez diária.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Entidade não possui caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira.

Instituto Razão Social

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

Análise de sensibilidade

A Administração gerencia o risco da taxa de juros ponderando a contratação de taxas pós fixadas, basicamente CDI, de forma que qualquer volatilidade destas taxas não afetaria significativamente seu resultado, razão pela qual o quadro de análise de sensibilidade não está sendo apresentado.

* * *

Conselho Diretor

Carlos Mário Siffert de Paula e Silva
Presidente

Luiz Gonzaga Marinho Brandão
Vice-Presidente

José Paulo Soares Martins
Conselheiro

Beatriz Bier Johannpeter
Conselheiro

Conselho Fiscal

Maria Cristina Varalla Mendes
Conselheiro

Clodis Xavier da Silva
Conselheiro

João Carlos de Souza
Contador CRC 1SP 159.112/O-2'